



Simulados Finais

TRT SP

Pós-Edital

**Analista Judiciário
Área Administrativa**

Simulado

Simulado Final TRT-SP (Analista Judiciário - Área Administrativa)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Administrativa do TRT-SP**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/ZBU2ophuKPLiGfRa6>

01 - (A)(B)(C)(D)(E)	13 - (A)(B)(C)(D)(E)	25 - (A)(B)(C)(D)(E)	37 - (A)(B)(C)(D)(E)	49 - (A)(B)(C)(D)(E)
02 - (A)(B)(C)(D)(E)	14 - (A)(B)(C)(D)(E)	26 - (A)(B)(C)(D)(E)	38 - (A)(B)(C)(D)(E)	50 - (A)(B)(C)(D)(E)
03 - (A)(B)(C)(D)(E)	15 - (A)(B)(C)(D)(E)	27 - (A)(B)(C)(D)(E)	39 - (A)(B)(C)(D)(E)	51 - (A)(B)(C)(D)(E)
04 - (A)(B)(C)(D)(E)	16 - (A)(B)(C)(D)(E)	28 - (A)(B)(C)(D)(E)	40 - (A)(B)(C)(D)(E)	52 - (A)(B)(C)(D)(E)
05 - (A)(B)(C)(D)(E)	17 - (A)(B)(C)(D)(E)	29 - (A)(B)(C)(D)(E)	41 - (A)(B)(C)(D)(E)	53 - (A)(B)(C)(D)(E)
06 - (A)(B)(C)(D)(E)	18 - (A)(B)(C)(D)(E)	30 - (A)(B)(C)(D)(E)	42 - (A)(B)(C)(D)(E)	54 - (A)(B)(C)(D)(E)
07 - (A)(B)(C)(D)(E)	19 - (A)(B)(C)(D)(E)	31 - (A)(B)(C)(D)(E)	43 - (A)(B)(C)(D)(E)	55 - (A)(B)(C)(D)(E)
08 - (A)(B)(C)(D)(E)	20 - (A)(B)(C)(D)(E)	32 - (A)(B)(C)(D)(E)	44 - (A)(B)(C)(D)(E)	56 - (A)(B)(C)(D)(E)
09 - (A)(B)(C)(D)(E)	21 - (A)(B)(C)(D)(E)	33 - (A)(B)(C)(D)(E)	45 - (A)(B)(C)(D)(E)	57 - (A)(B)(C)(D)(E)
10 - (A)(B)(C)(D)(E)	22 - (A)(B)(C)(D)(E)	34 - (A)(B)(C)(D)(E)	46 - (A)(B)(C)(D)(E)	58 - (A)(B)(C)(D)(E)
11 - (A)(B)(C)(D)(E)	23 - (A)(B)(C)(D)(E)	35 - (A)(B)(C)(D)(E)	47 - (A)(B)(C)(D)(E)	59 - (A)(B)(C)(D)(E)
12 - (A)(B)(C)(D)(E)	24 - (A)(B)(C)(D)(E)	36 - (A)(B)(C)(D)(E)	48 - (A)(B)(C)(D)(E)	60 - (A)(B)(C)(D)(E)

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***[História não é bula de remédio]**

Naturalizar a desigualdade, evadir-se do passado, é característica de governos autoritários que, não raro, lançam mão de narrativas edulcoradas como forma de promoção do Estado e de manutenção do poder. Mas é também fórmula aplicada, com relativo sucesso, entre nós, brasileiros. Além da metáfora falaciosa das três raças formadoras da nação, estamos acostumados a desfazer da imensa desigualdade existente no país e a transformar, sem muita dificuldade, um cotidiano condicionado por grandes poderes centralizados nas figuras dos senhores de terra em provas derradeiras de um passado aristocrático.

História e memória são formas de entendimento do passado que nem sempre se confundem ou mesmo se complementam. A história não só carrega consigo algumas lacunas e incompreensões frente ao passado, como se comporta, muitas vezes, qual campo de embates, de desavenças e disputas. Por isso ela é, por definição, inconclusa. Já a memória traz invariavelmente para o centro da análise uma dimensão subjetiva ao traduzir o passado na primeira pessoa e a ele dedicar uma determinada lembrança: daquela que a produz. Assim, ela recupera o “presente do passado” e faz com que o passado vire também presente.

Não há como dominar totalmente o passado, mas é possível fazer isto: “lembrar”. Essa é a melhor maneira de repensar o presente e não “esquecer” de projetar o futuro.

História não é bula de remédio nem produz efeitos rápidos de curta ou longa duração. Ajuda, porém, a tirar o véu do espanto e a produzir uma discussão mais crítica sobre nosso passado, nosso presente e sonho de futuro.

(SCHWARCZ, Lília Mortiz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 19. *Adaptado*.)

01. De acordo com o texto, a história e a memória são caracterizadas como:

- a) formas complementares de registrar fatos do passado de modo objetivo, ambas comprometidas com a neutralidade e a precisão.
- b) instrumentos igualmente científicos que visam construir uma verdade única sobre o passado nacional.
- c) modos distintos de acesso ao passado, sendo a história inconclusa e marcada por disputas, e a memória subjetiva e pessoal.
- d) práticas homogêneas e convergentes que, ao se confundirem, produzem uma versão oficial dos eventos históricos.
- e) ferramentas didáticas que, ao apresentarem uma mesma narrativa do passado, contribuem para eliminar desigualdades históricas.

02. O trecho ***Essa é a melhor maneira de repensar o presente e não “esquecer” de projetar o futuro possível*** sugere que

- a) a compreensão do presente depende exclusivamente da razão e do distanciamento crítico, sem necessidade de recorrer a lembranças pessoais.
- b) a lembrança do passado deve ser evitada para que o presente e o futuro possam ser vividos com mais leveza e objetividade.
- c) é necessário preservar a memória e a reflexão histórica como formas de orientar as escolhas que afetam o presente e o futuro.
- d) projetar o futuro exige o abandono das memórias dolorosas, pois estas atrapalham a construção de uma realidade melhor.
- e) o presente é suficiente para guiar nossas ações, sendo a memória apenas um acessório emocional de pouco valor prático.

03. “Naturalizar a desigualdade e evadir-se do passado é também fórmula aplicada, com relativo sucesso, entre nós, brasileiros.”

Preservam-se o sentido, a clareza e a correção do período acima nesta nova redação:

- a) Entre nós, brasileiros, é relativamente bem-sucedida a fórmula de enfrentar a desigualdade e superar o passado.
- b) A fórmula de naturalizar a desigualdade e esquecer o passado tem sido um total sucesso entre os brasileiros.
- c) Evasão do passado e rejeição à desigualdade são práticas comuns entre brasileiros, embora sem resultados positivos.
- d) Nós, brasileiros, aplicamos com relativo sucesso a fórmula de combater a desigualdade e resgatar o passado.
- e) Naturalizar a desigualdade e evadir-se do passado constituem, também entre nós, brasileiros, uma fórmula relativamente bem-sucedida.

04. É adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:

- a) A memória, que muitos depositam lembranças pessoais, traz à tona interpretações do passado marcadas pela subjetividade.
- b) A história, que se constrói em meio a disputas, não produz efeitos imediatos, como se fosse uma bula de remédio.
- c) A desigualdade, a qual os governos evitam tratar diretamente, é naturalizada em discursos oficiais.
- d) O presente é influenciado por narrativas históricas, onde não oferecem espaço para o confronto com a verdade.
- e) O passado, de cujo não nos lembramos, retorna como uma ausência que contamina o presente.

05. No período “Naturalizar a desigualdade, evadir-se do passado, é característica de governos autoritários que, não raro, lançam mão de narrativas edulcoradas como forma de promoção do Estado e de manutenção do poder”, o termo ‘que’ desempenha a função de:

- a) objeto direto do verbo “lançar”.
- b) sujeito do verbo “lançar”.
- c) complemento nominal do substantivo “governos”.
- d) objeto indireto do verbo “evadir-se”.
- e) adjunto adnominal do substantivo “característica”.

06. As normas de concordância verbal estão plenamente atendidas na frase:

- a) A construção da história, marcada por disputas e por lacunas, não produz efeitos imediatos.
- b) São os discursos oficiais que tenta apagar a desigualdade presente na sociedade.
- c) Tratam-se de estratégias recorrentes entre nós, brasileiros, naturalizar a desigualdade e evadir-se do passado.
- d) A memória, que resgata o passado na primeira pessoa, oferecem uma leitura subjetiva da história.
- e) Nos governos autoritários, se manifesta, com mais clareza, a negação do passado e a construção de versões idealizadas da história.

07. É inteiramente regular a pontuação da seguinte frase:

- a) A memória que traduz o passado na primeira pessoa, traz à tona uma dimensão subjetiva.
- b) Governos autoritários, não ocasionalmente, lançam mão de narrativas edulcoradas para manter o poder.
- c) Naturalizar a desigualdade e evadir-se do passado é uma prática, que se aplica com relativo sucesso entre nós.
- d) História, e memória, embora relacionadas, não se confundem nem se complementam necessariamente.
- e) Não há como dominar totalmente o passado, mas é possível, lembrar.

08. Transpondo-se para a voz passiva a frase **A história também carrega consigo algumas lacunas e incompreensões frente ao passado**, a forma verbal resultante deverá ser

- a) Também foram carregadas pela história algumas lacunas e incompreensões frente ao passado.
- b) Algumas lacunas e incompreensões também são carregadas com ela pela história frente ao passado.
- c) Algumas lacunas e incompreensões também são carregadas pela história frente ao passado.
- d) Algumas lacunas e incompreensões frente ao passado também tinham sido carregadas pela história.
- e) Também se carrega pela história algumas lacunas e incompreensões frente ao passado.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

09. Cinco pessoas — Ana, Bruno, Carla, Diego e Eduarda — estão sentadas em uma fileira de cinco cadeiras, todas voltadas para frente. Sabe-se que:

- Diego está exatamente no meio da fileira.
- Ana está à esquerda de Bruno.
- Carla está à direita de Diego.
- Eduarda está imediatamente à esquerda de Carla.

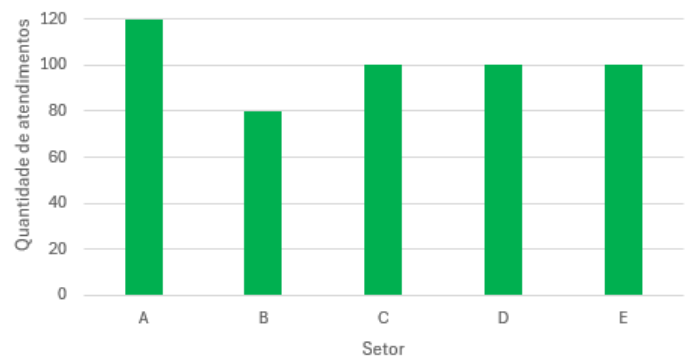
Com base nessas informações, quem está imediatamente à esquerda de Diego?

- a) Ana
- b) Bruno
- c) Carla
- d) Diego
- e) Eduarda

10. Uma torneira enche $\frac{2}{5}$ de um reservatório em 6 minutos. Uma segunda torneira, com vazão constante, enche $\frac{1}{4}$ do mesmo reservatório em 5 minutos. Se as duas torneiras forem abertas juntas, quanto tempo levarão para encher completamente esse reservatório?

- a) 9 min e 36 s
- b) 10 min
- c) 8 min e 34 s
- d) 7 min e 12 s
- e) 11 min

11. O gráfico a seguir mostra a quantidade de atendimentos em cinco setores de uma empresa durante uma semana:



A soma da média aritmética, moda e mediana do número de atendimentos é igual a:

- a) 280
- b) 320
- c) 400
- d) 300
- e) 500

**NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA***Ricardo Torques*

12. Considera-se, para efeitos da Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva,

- a) Desenho universal.
- b) Acessibilidade.
- c) Barreiras tecnológicas.
- d) Adaptações Razoáveis.
- e) Elementos de urbanização.

13. De acordo com a Lei 8.889/1994, é concedido passe livre às pessoas com deficiência,

- a) independentemente da comprovação de carência, no sistema de transporte coletivo intermunicipal.
- b) comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo interestadual.
- c) comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo intermunicipal.
- d) independentemente da comprovação de carência, no sistema de transporte coletivo interestadual.
- e) comprovadamente carentes, em qualquer sistema de transporte coletivo.

14. Em determinado programa habitacional subsidiado com recurso público constou que a pessoa com deficiência goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria. Para além disso, de acordo com o disposto Lei Federal nº 13.146/2015 (estatuto da Pessoa com Deficiência), deverá haver reserva das unidades habitacionais para pessoa com deficiência na quantidade mínima de:

- a) 10%
- b) 5%
- c) 20%
- d) 3%
- e) 50%

**CÓDIGO DE ÉTICA DOS SERVIDORES DO TRT
SP***Tiago Zanolla*

15. Joana, servidora do TRT da 15ª Região, atuava em uma unidade sensível com alto fluxo de informações sigilosas. Certa vez, compartilhou em grupo de mensagens corporativo um trecho de um relatório contendo dados pessoais de partes envolvidas em um processo, acreditando não estar violando qualquer norma.

Com base no Código de Ética do TRT-15, assinale a alternativa correta:

- a) A conduta de Joana é permitida, pois o compartilhamento se deu em grupo interno de trabalho.
- b) A divulgação de dados pessoais é autorizada se não houver prejuízo comprovado aos envolvidos.
- c) A servidora infringiu norma ética ao não preservar o sigilo das informações de que teve acesso.
- d) A responsabilidade pelo sigilo é exclusiva da chefia da unidade, e não do servidor executor.
- e) A divulgação é lícita se a informação não for expressamente classificada como confidencial.

16. Carlos, servidor comissionado do TRT-15, foi nomeado como gestor de unidade e, durante as festividades de fim de ano, aceitou presente de alto valor enviado por uma empresa contratada da instituição. Posteriormente, justificou que o ato foi um gesto de cortesia sem má-fé.

À luz do Código de Ética do TRT da 15ª Região, é correto afirmar que:

- a) Presentes de qualquer natureza são proibidos, inclusive em datas comemorativas.
- b) A aceitação do presente é lícita, pois a intenção da empresa não foi formalmente comprovada.
- c) Presentes de valor econômico relevante são vedados, especialmente quando provenientes de parte interessada nas decisões da unidade.
- d) A aceitação do presente é tolerada para servidores comissionados, desde que não vinculada a processo em curso.
- e) É lícito receber presentes em função do cargo, desde que informada previamente a Diretoria-Geral.

17. Durante uma reunião administrativa, a servidora Márcia criticou abertamente colegas de trabalho, utilizando termos depreciativos relacionados à origem regional e orientação política de alguns deles. A chefia da unidade, embora presente, não interveio.

Considerando o Código de Ética, a conduta de Márcia:

- a) É aceitável, desde que os comentários não tenham sido dirigidos pessoalmente a ninguém.
- b) Configura falta ética, por violar o dever de respeito e vedação à discriminação.
- c) Deve ser interpretada como liberdade de expressão garantida no serviço público.
- d) Só será considerada infração se houver registro formal da reunião.
- e) Está amparada pelo princípio da neutralidade política da administração.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

18. Em relação ao uso de navegadores modernos e correio eletrônico, assinale a alternativa incorreta:

- a) Navegadores como Chrome, Edge e Firefox suportam navegação com abas múltiplas.
- b) O modo anônimo em navegadores impede que o endereço IP do usuário seja rastreado.
- c) Anexos em e-mails podem conter arquivos executáveis e devem ser abertos com cautela.
- d) O uso de marcadores permite salvar endereços de páginas para acesso futuro.
- e) A barra de endereços dos navegadores permite digitar diretamente uma URL ou termo de busca.

19. Assinale a alternativa que apresenta corretamente a definição de phishing:

- a) Ato de capturar dados por meio de interceptação de redes Wi-Fi abertas.
- b) Software malicioso que se disfarça de aplicativo legítimo para enganar o usuário.
- c) Técnica de ataque que visa enganar o usuário para que ele forneça dados sigilosos.
- d) Programa que bloqueia o sistema e exige resgate em dinheiro.
- e) Técnica de propagação de vírus por meio de dispositivos USB.

20. O Windows é um Sistema Operacional e, como tal, tem a função de gerenciar o hardware e o software em uma máquina. Nele temos uma funcionalidade que permite acompanhar o desempenho da memória, da CPU, ver os processos em execução, dentre outras atividades. Uma das formas de acessá-la é através da tecla de atalho:

- a) CTRL + ALT
- b) CTRL + ALT+ DEL
- c) CTRL + SHIFT + DEL
- d) CTRL + D
- e) ALTGR + P

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

21. Analise os seguintes itens:

- I- O Ministro da Justiça, obrigatoriamente, será brasileiro nato.
- II- Poderão ser naturalizados brasileiros os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- III- São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

Assinale a alternativa que apresenta os itens corretos:

- a) Apenas I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

22. São direitos sociais elencados expressamente na Constituição Federal:

- a) Lazer, trabalho, transporte e alimentação.
- b) Proteção à maternidade e à infância, lazer, moradia e liberdade de reunião.
- c) Educação, saúde, moradia e propriedade.
- d) Trabalho, segurança, propriedade e liberdade de associação.
- e) Previdência social, assistência aos desamparados, educação e liberdade de crença religiosa.

23. Acerca do Poder Judiciário, está INCORRETO o que se afirma em:

- a) Os juízes gozam de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio.
- b) As propostas orçamentárias elaboradas pelos Tribunais podem ser discricionariamente alteradas pelo Poder Executivo.
- c) O acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância.
- d) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- e) Compete aos juízes federais o julgamento dos crimes contra a organização do trabalho.

24. A respeito do Distrito Federal e dos Territórios, indique a assertiva correta.

- a) O Distrito Federal, assim como se aplica aos Territórios, não pode ser dividido em Municípios.
- b) O Distrito Federal é um ente federativo híbrido, capaz de exercer competências legislativas estaduais e municipais.
- c) O Distrito Federal se organiza por meio de lei orgânica votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, sendo aprovada por dois terços da Câmara Legislativa e promulgada pelo Governador, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição.
- d) As contas do Governo do Território serão submetidas ao Senado Federal, com parecer prévio do Tribunal de Contas da União.
- e) Nos Territórios Federais, além do Governador nomeado pelo Presidente da República, após aprovação do Senado, haverá órgãos judiciários de primeira e segunda instância, membros do Ministério Público e defensores públicos federais.

25. Sobre o direito de liberdade de associação, conforme disposto na Constituição Federal e nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva incorreta.

- a) O Governador do Estado Alfa tem poderes para, por meio de decreto referendado pelo Secretário de Justiça, determinar a extinção compulsória da associação que tenha por objetivo a prática de ato ilícito.
- b) Uma liminar não é suficiente para extinguir compulsoriamente as associações de caráter paramilitar.
- c) A legitimidade da associação para representação de seus filiados no âmbito judicial depende de autorização expressa dos associados.
- d) Na condição de substituta processual, a atuação judicial de associação não está condicionada à autorização dos associados por meio de procuração.

e) A exclusão de associado por motivos ideológicos, desde que cumprido o devido processo legal, não está sujeita à revisão pelo Estado.

26. O Presidente da República editou medida provisória para admitir que refugiados residentes no Brasil há mais de seis meses possam ser naturalizados brasileiros, desde que não possuam condenação criminal. A respeito do assunto, aponte a alternativa incorreta.

- a) As medidas provisórias rejeitadas perdem a eficácia desde a sua edição.
 - b) É vedada a edição de medida provisória sobre nacionalidade.
 - c) O quórum necessário para a aprovação de medida provisória é o de maioria simples, exigindo-se votação em cada Casa do Congresso Nacional separadamente.
 - d) A medida provisória somente produzirá efeitos após o parecer favorável da comissão mista.
 - e) A medida provisória tem prazo de validade de 60 dias, prorrogável por mais 60 dias.
-

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira*

27. Márcia, chefe de setor em um órgão público federal, instaurou processo administrativo disciplinar contra um servidor que cometeu falta funcional grave. Durante o processo, optou por aplicar penalidade de suspensão com base em sua própria avaliação da gravidade dos fatos, apesar de não haver previsão legal específica para esse tipo de punição naquela situação.

À luz dos Poderes da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) A penalidade aplicada por Márcia é inválida, pois o poder disciplinar exige previsão legal para imposição de sanções.
- b) O poder disciplinar autoriza a aplicação de qualquer penalidade conforme juízo discricionário do chefe imediato.
- c) O poder disciplinar é uma derivação do poder hierárquico e independe de processo administrativo.
- d) A penalidade está correta, pois a suspensão é sempre cabível diante de faltas graves, mesmo sem previsão normativa específica.
- e) A penalidade aplicada por Márcia é válida, pois o poder disciplinar possui natureza exclusivamente discricionária.

28. Durante auditoria interna, foi identificado que o servidor Raul praticou ato administrativo com vício de competência, embora a matéria fosse perfeitamente legal e o agente tivesse vínculo com a Administração. A autoridade superior decidiu corrigir o erro sem anular o ato, alegando economia processual.

Considerando os atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) O vício de competência é insanável e o ato deve ser obrigatoriamente anulado.

b) O ato pode ser convalidado se o vício não envolver matéria de competência exclusiva e o agente tiver vínculo com a Administração.

c) Toda irregularidade em ato administrativo deve resultar em sua revogação imediata.

d) A convalidação só é possível em atos que não produzam efeitos jurídicos externos.

e) O vício de forma jamais poderá ser convalidado pela autoridade competente.

29. O vereador Damião apresentou denúncia ao Tribunal de Contas do Estado após suspeitar de irregularidades na contratação de uma empresa para fornecimento de merenda escolar em seu município. Paralelamente, o prefeito instaurou procedimento interno para apurar os fatos no âmbito da Controladoria Municipal.

Com base nas formas de controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas o Tribunal de Contas pode realizar o controle de legalidade sobre contratos administrativos.
- b) O controle exercido pela Controladoria é considerado controle externo, pois envolve apuração de responsabilidade.
- c) O controle exercido pelo prefeito é exemplo de controle externo e hierárquico.
- d) O controle realizado internamente pelo próprio Poder Executivo é considerado controle interno e decorre do poder-dever de autotutela.
- e) O controle legislativo impede que o Executivo realize controle administrativo sobre seus próprios atos.

30. Durante tempestade severa, uma árvore caiu sobre um veículo estacionado em frente a uma escola pública estadual. O proprietário, Sr. Luiz, ajuizou ação pleiteando indenização, alegando que a árvore já apresentava sinais visíveis de risco. A defesa sustentou que se tratava de caso fortuito decorrente da força da natureza.

Com base na responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta:

- a) Em caso de omissão estatal, aplica-se a teoria do risco integral, independentemente de culpa.
- b) A responsabilidade do Estado por omissão é sempre objetiva, bastando a prova do dano.
- c) A queda da árvore durante tempestade caracteriza, em regra, caso fortuito excludente de responsabilidade, salvo se houver omissão quanto à fiscalização ou conservação.
- d) O Estado só responde quando o dano decorrer de ato comissivo praticado por agente público.
- e) A responsabilidade do Estado depende sempre da comprovação de dolo ou culpa do agente.

31. Antônio, secretário de obras de um município, contratou diretamente o engenheiro Pedro Almeida para a elaboração de parecer técnico especializado sobre a estabilidade de uma ponte. O profissional é amplamente reconhecido na área e possui vasta experiência comprovada.

Paralelamente, o município também abriu licitação na modalidade concorrência para contratar empresa responsável pela execução da obra de recuperação da ponte.

Considerando a Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- a) A contratação direta do engenheiro é irregular, pois todos os serviços de engenharia devem ser precedidos de licitação, sem exceções.
- b) A concorrência é inadequada para contratação de serviços de engenharia, sendo o pregão a modalidade correta nesse caso.

c) É lícita a contratação direta de Pedro, desde que esteja demonstrada a inviabilidade de competição e sua notória especialização.

d) A contratação do engenheiro deveria ter ocorrido por meio de concurso, dada a natureza intelectual do serviço.

e) A execução da obra de recuperação da ponte poderia ter sido contratada diretamente, desde que em razão de urgência administrativa.

32. Joana foi nomeada para o cargo de analista técnico em órgão da administração pública federal após aprovação em concurso. Iniciado o estágio probatório, seu desempenho foi avaliado como insuficiente em critérios como assiduidade e produtividade.

Joana, no entanto, havia ocupado anteriormente cargo efetivo em outro órgão público federal, onde já havia adquirido estabilidade.

Com base na Lei nº 8.112/1990, assinale a alternativa correta.

- a) Joana só poderá ser exonerada após os três anos de estágio probatório, mesmo diante de desempenho insatisfatório.
- b) Sendo estável em outro cargo, Joana será reconduzida ao cargo anteriormente ocupado, caso não seja aprovada no estágio probatório.
- c) A reprovação no estágio probatório não impede que Joana permaneça no serviço público, devendo ser readaptada compulsoriamente.
- d) O estágio probatório tem duração de 12 meses, sendo vedada a aplicação de penalidades durante esse período.
- e) A avaliação de Joana deveria considerar apenas a disciplina e a responsabilidade, não sendo exigida análise de produtividade.

33. O Município de Bela Vista, visando melhorar a prestação do serviço de transporte coletivo urbano, resolveu delegar sua execução a uma empresa privada, por meio de processo licitatório. Já o serviço de iluminação pública permaneceu sob responsabilidade direta da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Com base na disciplina jurídica dos serviços públicos, assinale a alternativa correta.

- a) A delegação do transporte coletivo urbano é inválida, pois se trata de serviço público *uti universi*, que não admite delegação a particulares.
- b) A execução direta do serviço de iluminação pública descaracteriza sua natureza como serviço público, pois não é regida por regime jurídico especial.
- c) A concessão ou permissão para execução de serviço público, como o transporte coletivo urbano, depende de licitação e pode ser atribuída a particulares.
- d) A concessão de serviço público só é admitida nos casos em que o serviço for considerado essencial, como saúde e educação.
- e) A permissão de serviço público exige contrato formal, bilateral e com garantias de prazo mínimo de execução.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Stefan Fantini

34. Com relação às funções administrativas, a condução dos trabalhos, por meio da utilização de influência, liderança, comunicação e motivação, com o objetivo de orientar as pessoas é tarefa relacionada à função

- a) planejamento
- b) organização
- c) direção
- d) controle
- e) distribuição

35. O planejamento tático

- a) é realizado pelo nível intermediário da organização.
- b) é orientado para o longo prazo.
- c) tem foco em tarefas rotineiras.
- d) envolve a organização como um todo.
- e) é realizado pela alta cúpula da organização.

36. No(a) _____ a coordenação é realizada pelos próprios trabalhadores, que ajustam as tarefas uns com os outros, por meio de um processo de comunicação informal, sem envolver relação de subordinação.

Indique a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- a) supervisão direta
- b) supervisão autocrática
- c) ajuste espontâneo
- d) ajuste seletivo
- e) ajustamento solidário

37. Em determinado órgão público existe uma regra: negar atendimento a qualquer cidadão que não apresenta o documento original como foto. A situação hipotética apresenta uma decisão conhecida como:

- a) analítica;
- b) programada;
- c) intuitiva;
- d) não programada;
- e) ponderada.

38. A técnica probabilista, que utiliza 03 estimativas distintas para a duração de cada atividade do projeto: uma pessimista, uma realista e uma otimista é chamada de:

- a) CPM
- b) PERT
- c) SWOT
- d) BSC
- e) GUT

NOÇÕES DE GESTÃO DE PESSOAS

Douglas Schneider

39. A evolução dos modelos de gestão de pessoas nas organizações está fortemente vinculada a fatores contextuais, que condicionam a forma como os recursos humanos são administrados. Considerando os fatores determinantes dos diferentes modelos de gestão de pessoas, é correto afirmar:

- a) O modelo estratégico de gestão de pessoas é condicionado, essencialmente, pela rigidez dos processos operacionais e pela ênfase em normas padronizadas, com foco nos controles administrativos.
- b) O modelo de gestão de pessoas por competências é condicionado pelo alinhamento entre estratégia organizacional e desenvolvimento de talentos, visando à agregação de valor por meio do capital humano.
- c) O modelo tradicional, centrado em práticas burocráticas, é condicionado pela descentralização decisória e pela flexibilidade dos arranjos institucionais voltados à inovação.
- d) O modelo de gestão participativa é condicionado, exclusivamente, por fatores legais e regulatórios, sendo pouco influenciado pela cultura organizacional.
- e) O modelo humanista é condicionado pela maximização dos indicadores de produtividade e pela mensuração objetiva do desempenho individual, desconsiderando aspectos subjetivos do comportamento humano.

40. No contexto da gestão contemporânea de pessoas, a avaliação de desempenho ocupa papel estratégico na obtenção de resultados organizacionais. Para que essa prática seja eficaz, deve estar integrada a um sistema de gestão de desempenho que

- a) priorize exclusivamente a mensuração dos resultados organizacionais, mesmo que desarticulada da análise comportamental dos indivíduos.
- b) estabeleça critérios uniformes e inflexíveis de avaliação, a fim de garantir isonomia e eliminar a subjetividade do processo.
- c) envolva o planejamento, o acompanhamento e a retroalimentação do desempenho, promovendo alinhamento entre objetivos individuais e metas organizacionais.
- d) restrinja-se à avaliação por parte da chefia imediata, pois somente essa possui autoridade e conhecimento para emitir juízo sobre o desempenho dos subordinados.
- e) se concentre na identificação de talentos para fins de promoção e sucessão, mesmo que isso represente a exclusão de parte da equipe do processo avaliativo.

41. A abordagem interacionista de gestão de conflitos reformulou a visão tradicional sobre sua ocorrência no ambiente organizacional. Segundo tal abordagem, o conflito

- a) deve ser estimulado em certo grau, pois contribui para a inovação, evita a estagnação dos grupos e promove o questionamento construtivo das práticas organizacionais.
- b) deve ser evitado por meio de mecanismos estruturais, pois sua presença compromete o desempenho e a coesão das equipes.
- c) é considerado inevitável, mas essencialmente indesejável, devendo ser neutralizado com técnicas de mediação preventiva.
- d) deve ser tratado apenas quando ultrapassa os limites da cordialidade e passa a afetar o clima organizacional de forma visível.

e) é um fator de disfunção organizacional e deve ser imediatamente reprimido, pois não contribui para o desempenho coletivo.

42. A metodologia de gestão por competências tem sido amplamente aplicada em organizações públicas e privadas, por alinhar o desenvolvimento de pessoas aos objetivos estratégicos institucionais. Entre seus elementos centrais, destaca-se o mapeamento de competências, cuja finalidade é:

- a) identificar as competências técnicas e comportamentais requeridas para os cargos e funções da organização, permitindo o alinhamento entre os perfis profissionais e os objetivos organizacionais.
- b) selecionar os profissionais com maior desempenho em avaliações prévias para ocupação imediata de posições estratégicas, promovendo eficiência na movimentação interna.
- c) estabelecer a remuneração ideal para os profissionais com competências críticas, com base na média de mercado e nas faixas salariais previstas em convenções coletivas.
- d) detectar talentos com alto desempenho para atuação como multiplicadores internos, dispensando processos formais de capacitação.
- e) gerar um banco de talentos com base na avaliação subjetiva da chefia imediata, a ser utilizado em ações de sucessão e planejamento de pessoal.

43. Em uma organização pública, ao identificar a necessidade de prover uma vaga estratégica, a área de gestão de pessoas decide iniciar o processo de recrutamento, considerando critérios de economicidade, agilidade e aproveitamento do capital humano já disponível. Nessa situação, a opção mais coerente com os princípios do recrutamento interno é:

- a) a divulgação da oportunidade aos colaboradores da própria organização, permitindo candidaturas espontâneas e movimentações com base em critérios previamente definidos de desempenho, potencial e competências.
- b) a publicação de edital externo para atração de profissionais com competências específicas e experiências recentes em contextos semelhantes, com base em *benchmarking* setorial.
- c) a contratação de consultoria especializada para identificar talentos no mercado, mediante aplicação de instrumentos padronizados de avaliação de perfil comportamental.
- d) a utilização de bancos de currículos obtidos por meio de sistemas de informação integrados à base de dados do governo, visando identificar rapidamente candidatos compatíveis.
- e) a seleção direta pelo gestor da área demandante, com base na recomendação informal de líderes de outras unidades e sem necessidade de processo formalizado.

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

44. A empresa "Logística Veloz S.A." contratou Mário, por prazo determinado de 90 dias, para atender a uma demanda sazonal de entregas de final de ano. Ao final deste período, a empresa, satisfeita com o desempenho de Mário, decidiu efetivá-lo, alterando o contrato para prazo indeterminado. Contudo, 15 dias após a alteração contratual, Mário praticou ato de indisciplina grave, devidamente comprovado, resultando em sua dispensa por justa causa. Considerando a situação narrada e as disposições da CLT, a empresa deverá pagar a Mário:

- a) o saldo de salário e, integralmente, a indenização prevista no art. 479 da CLT, calculada sobre o tempo que faltava para o término do contrato original.
- b) apenas o saldo de salário, sendo indevida qualquer indenização, uma vez que o contrato passou a vigor por prazo indeterminado antes da ocorrência da justa causa e Mário não chegou a adquirir direito a férias.
- c) o saldo de salário e metade da indenização do art. 479 da CLT, pois o contrato foi convertido em prazo indeterminado antes do seu termo.
- d) o saldo de salário e as verbas rescisórias típicas de uma dispensa sem justa causa, pois a conversão do contrato anula a natureza determinada anterior.
- e) o saldo de salário, sendo-lhe garantida, no mínimo, metade da remuneração a que teria direito até o fim do contrato determinado inicial, ainda que a dispensa tenha sido por justa causa.

45. Joana, empregada da empresa "Têxtil Fina Ltda.", foi eleita como membro suplente da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). Passados seis meses de seu mandato, a empresa realizou uma reestruturação interna e decidiu extinguir o estabelecimento em que Joana trabalhava, transferindo suas operações para outra unidade em um estado diferente. A empresa ofereceu a transferência a todos os empregados, mas Joana recusou a oferta. Em razão da extinção do estabelecimento e da recusa de Joana, a empresa procedeu à sua dispensa sem justa causa. Nessa situação, a dispensa de Joana é:

- a) nula, pois a estabilidade do cipeiro veda a dispensa arbitrária ou sem justa causa, sendo a extinção do estabelecimento irrelevante.
- b) válida, pois a estabilidade provisória do membro da CIPA não prevalece sobre a hipótese de extinção do estabelecimento empresarial.
- c) ilícita, devendo a empresa reintegrá-la no novo estabelecimento, ainda que em estado diverso, ou pagar indenização substitutiva dobrada.
- d) válida, mas a empresa é obrigada a pagar, além das verbas rescisórias, uma indenização adicional correspondente a todo o período estável restante.
- e) nula, a menos que a empresa comprove em juízo a inexistência de outra vaga compatível em qualquer de seus outros estabelecimentos no país.

46. A empresa "Tecnologia Avançada S.A." firmou com seus empregados do setor de desenvolvimento acordos individuais por escrito de banco de horas, prevendo a compensação das horas extras em até seis meses. Durante os três primeiros meses, Lucas acumulou 50 horas positivas no banco. No quarto mês, Lucas pediu demissão. No momento da rescisão, a empresa:

- a) deve pagar as horas extras acumuladas com o adicional de, no mínimo, 50%, aplicando-se o valor da remuneração da data da rescisão.
- b) não precisa pagar as horas extras, pois o prazo para compensação (seis meses) ainda não havia expirado, podendo as horas ser consideradas quitadas.
- c) deve pagar as horas extras acumuladas, mas apenas com o adicional previsto no acordo individual, que pode ser inferior a 50%.
- d) deve pagar as horas extras acumuladas com o adicional de, no mínimo, 100%, por se tratar de rescisão com saldo positivo no banco de horas.
- e) pode descontar as horas de um eventual saldo negativo de outro empregado, por se tratar de acordo individual de banco de horas.

47. O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química firmou Acordo Coletivo de Trabalho com a empresa "Fórmula Certa Ltda.", no qual ficou estabelecida uma contribuição assistencial, a ser descontada do salário de todos os empregados da categoria, sindicalizados ou não, destinada ao custeio de serviços prestados pela entidade. O acordo assegurou expressamente o direito de oposição, a ser exercido individualmente pelo trabalhador não sindicalizado em até 15 dias antes do primeiro desconto. Mônica, não sindicalizada, não exerceu seu direito de oposição no prazo e, ao verificar o desconto em seu contracheque, ajuizou ação requerendo a devolução dos valores. À luz da mais recente decisão do STF sobre o tema, o pedido de Mônica deve ser julgado:

- a) procedente, pois qualquer cobrança de contribuição de empregados não sindicalizados é inconstitucional, por violar a liberdade de associação sindical.
- b) procedente, pois a contribuição assistencial somente pode ser exigida dos empregados que, além de não se oporem, autorizaram o desconto de forma prévia e expressa.
- c) improcedente, pois a aprovação da contribuição em assembleia geral da categoria torna a cobrança obrigatória para todos, sendo o direito de oposição irrelevante.
- d) improcedente, pois o STF considerou constitucional a instituição da contribuição assistencial a todos os empregados da categoria, desde que prevista em acordo ou convenção coletiva e assegurado o direito de oposição ao não sindicalizado.
- e) procedente, pois a empresa não poderia efetuar o desconto sem uma lista nominal de trabalhadores que concordaram com a contribuição, fornecida pelo sindicato.

48. A empresa "Metalúrgica Progresso S.A." firmou com o sindicato da categoria um acordo coletivo de trabalho autorizando a redução do intervalo intrajornada para 30 minutos para os empregados que cumprem jornada de 8 horas diárias. Cláudio, empregado da empresa, durante determinado período, usufruiu apenas 20 minutos de intervalo. Ao final daquele período, o obreiro verificou que a empresa não pagou qualquer valor adicional referente à supressão parcial do seu intervalo. Conforme a CLT, a empresa deveria ter pago a Cláudio:

- a) o valor correspondente a 1 (uma) hora extra completa, com adicional de 50%, pois a supressão, mesmo que parcial, invalida todo o período de intervalo.
- b) o valor correspondente aos 40 minutos restantes para completar 1 (uma) hora, com adicional de 50%, de natureza salarial.
- c) o valor correspondente apenas aos 10 minutos efetivamente suprimidos do intervalo mínimo negociado, com adicional de 50%, tendo essa parcela natureza indenizatória.
- d) nada, pois a existência de acordo coletivo que flexibiliza o intervalo exime a empresa de qualquer pagamento adicional em caso de supressão parcial.
- e) o valor correspondente aos 30 minutos do intervalo mínimo negociado, com adicional de 50%, pois a fruição inferior ao pactuado invalida o acordo para aquele dia.

49. Após dois anos de trabalho, Ricardo decidiu encerrar seu contrato com a empresa "Comércio Justo Ltda." e propôs o distrato, isto é, a rescisão por mútuo acordo. A empresa concordou. No momento da rescisão, Ricardo não tinha férias vencidas e seu saldo no FGTS era de R\$ 15.000,00. Considerando exclusivamente as disposições da CLT sobre esta modalidade de rescisão, Ricardo terá direito a receber, entre outras parcelas:
- a) aviso prévio indenizado integral e o levantamento de 100% do saldo do FGTS, mas sem direito à multa de 40%.
 - b) metade do valor do aviso prévio, se indenizado, e indenização de 40% sobre o saldo do FGTS, mas não poderá movimentar a conta do fundo.
 - c) aviso prévio indenizado integral, mas a indenização sobre o saldo do FGTS será de apenas 20%.
 - d) o levantamento de 80% do saldo do FGTS e indenização de 20% sobre o mesmo saldo, não tendo direito ao seguro-desemprego.
 - e) metade do valor do aviso prévio, se indenizado, e o levantamento de 100% do saldo do FGTS, acrescido da indenização de 20%.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippel

50. Após o advento da Emenda Constitucional nº 45/04, ocorrendo violação a direito líquido e certo do empregador, por ato do Delegado Regional do Trabalho, em matéria de disciplina de horário de trabalho, o mandado de segurança e eventual recurso cabível de decisão desfavorável, serão da competência do
- a) juiz federal comum e do Tribunal Regional Federal.
 - b) Tribunal Regional Federal e do Superior Tribunal de Justiça.
 - c) juiz do trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho.
 - d) Tribunal Regional do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho.

e) juiz federal comum e do Tribunal Regional do Trabalho.

51. Considere as assertivas abaixo a respeito das partes, representação e procuradores no processo trabalhista.

- I. Em regra, há obrigatoriedade do preposto ser empregado do reclamado.
- II. A reclamação trabalhista do menor de 18 anos será feita por seus representantes legais e, na falta destes, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, pelo sindicato, pelo Ministério Público estadual ou curador nomeado em juízo.
- III. O jus postulandi é o direito que tem a parte de ingressar em juízo podendo praticar pessoalmente todos os atos processuais da respectiva reclamação trabalhista.
- IV. Nos dissídios coletivos é facultada aos interessados a assistência por advogado. De acordo com a CLT, é correto o que se afirma APENAS

- a) III e IV.
- b) II e III.
- c) II, III e IV.
- d) I e III.
- e) I e II.

52. Júlio César manteve contrato de trabalho com a empresa Alfa Serviços LTDA por três anos, sendo dispensado por justa causa, sem receber nenhuma verba rescisória. Procurou a Vara do Trabalho do município para ajuizar reclamação trabalhista. Conforme previsão contida na Consolidação das Leis do Trabalho e jurisprudência atual e sumulada pelo TST, Júlio

- a) deve necessariamente constituir advogado para a propositura da reclamação trabalhista.
- b) pode postular sem a necessidade de advogado em todas as instâncias da Justiça do Trabalho.
- c) pode propor a reclamação trabalhista sem constituir advogado, apenas na primeira instância.
- d) não precisa constituir advogado para atuar em todas instâncias da Justiça do Trabalho, desde que esteja assistido pelo Sindicato da Categoria Profissional.
- e) pode reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho, limitando-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho.

53. Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, a nulidade

- a) não poderá ser declarada mediante provocação das partes, mas apenas se arguida ex officio pelo Juiz.
- b) será pronunciada ainda quando arguida por quem lhe tiver dado causa.
- c) só será declarada quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.
- d) após declarada não prejudicará senão os atos anteriores ou posteriores que dele dependam, ou sejam consequência.
- e) será sempre pronunciada, mesmo que seja possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.

54. Nos dissídios individuais,

- a) após a apresentação das razões finais, é defeso ao juiz renovar a proposta de conciliação, em razão do término da instrução.
- b) não havendo acordo, o reclamado terá trinta minutos para aduzir sua defesa, após a leitura da reclamação, não podendo esta leitura ser dispensada pelas partes.
- c) terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não-excedente de dez minutos para cada uma.
- d) o não-comparecimento do reclamante à audiência importa em confissão quanto à matéria de fato.
- e) é facultado ao empregador fazer-se substituir por preposto que tenha conhecimento do fato, porém as declarações deste não obrigam o proponente.

55. Em relação à prova testemunhal no processo do trabalho, é correto afirmar que

- a) no caso de inquérito para apuração de falta grave, cada uma das partes não poderá indicar mais de três testemunhas.
 - b) no procedimento sumaríssimo, só será deferida intimação de testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer.
 - c) a testemunha que for parente até o quarto grau civil, não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação.
 - d) a testemunha que não souber falar a língua nacional não será ouvida, devendo ser substituída por outra testemunha.
 - e) a testemunha poderá sofrer desconto salarial proporcional ao tempo do seu depoimento quando for arrolada pela parte, mas não poderá sofrer qualquer desconto quando foi convocada pelo juiz.
-

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO*Gabriela Zavadinack*

56. O princípio orçamentário da especificação, também chamado de princípio da discriminação ou especialização, estabelece que todas as despesas constantes da Lei Orçamentária Anual (LOA) devem ser discriminadas de forma suficiente para identificar sua origem, natureza e destinação, vedadas dotações globais. Tal princípio busca evitar autorizações genéricas, garantindo transparência, controle e fiscalização pelo Poder Legislativo e pela sociedade. Entretanto, a legislação orçamentária admite exceções específicas ao princípio da especificação, dentre as quais se incluem:

- a) Transferências constitucionais obrigatórias entre entes federados, que podem ser autorizadas por dotações globais devido a sua natureza vinculada.
- b) Despesas com serviços de terceiros, cuja natureza imprevisível justifica sua inclusão de forma global, sem discriminação pormenorizada.
- c) Programas especiais de trabalho, que, por sua natureza peculiar, permitem dotações globais na lei orçamentária.
- d) Inversões financeiras, cuja execução depende de condições futuras e incertas, admitindo previsão genérica no orçamento.
- e) Operações intraorçamentárias, que dispensam discriminação por serem apenas ajustes contábeis entre órgãos do mesmo ente.

57. No processo legislativo orçamentário brasileiro, previsto na Constituição Federal de 1988, as emendas parlamentares à Lei Orçamentária Anual (LOA):

- a) Podem ser aprovadas independentemente de demonstração de adequação financeira e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), dada a autonomia do Poder Legislativo.
- b) Devem indicar os recursos necessários à sua cobertura, admitida a anulação de despesa relacionada à construção de um hospital

especializado no tratamento de câncer para fins de realização da emenda.

- c) Permitem aumento global da despesa orçamentária, desde que aprovado por maioria absoluta em sessão conjunta do Congresso Nacional, nos termos do regimento interno.
- d) Podem ser apresentadas exclusivamente pelos relatores setoriais no âmbito da Comissão Mista de Orçamento, vedadas emendas individuais ou de bancada.
- e) Podem ser concretizadas por meio da transferência de recursos no âmbito das emendas individuais impositivas, o que integrará a receita do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios para o cálculo dos limites da despesa com pessoal ativo e inativo.

58. No âmbito da execução orçamentária e financeira, os estágios da receita e da despesa pública estão previstos em normas gerais como a Lei nº 4.320/1964. Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- a) A liquidação da receita consiste no reconhecimento do fato gerador, permitindo à Administração Pública efetuar a cobrança do crédito tributário.
- b) O estágio do lançamento da receita corresponde ao recebimento efetivo do recurso financeiro pelo Tesouro, encerrando o ciclo da receita orçamentária.
- c) O empenho da despesa é a fase imediatamente posterior ao pagamento, na qual ocorre a liberação do numerário ao credor, liquidada a obrigação.
- d) A arrecadação de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais.
- e) O estágio da liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

59. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a transparência da gestão fiscal será assegurada, entre outros instrumentos e práticas, por meio:

- a) da divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público, de planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, prestações de contas e respectivos pareceres prévios.
- b) da realização de audiências públicas exclusivamente pelo Poder Executivo no momento da elaboração do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.
- c) do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, que deve ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, contendo a apuração da receita corrente líquida, bem como o demonstrativo da despesa com pessoal em comparação aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- d) da realização de consultas públicas para qualquer alteração orçamentária durante o exercício financeiro, mediante deliberação das comissões permanentes do Legislativo.
- e) do Relatório de Gestão Fiscal, elaborado quadrimestralmente, que deve conter a verificação do cumprimento dos limites de despesas com pessoal, da dívida consolidada, das operações de crédito e da concessão de garantias, sendo de responsabilidade exclusiva do Poder Executivo.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

Gilmar Possati

60. O Município Audazes dos Pampas, ao elaborar seu Balanço Financeiro (BF) para o exercício de 2025, deseja verificar a apuração do resultado financeiro do período. Para isso, a equipe contábil analisou os seguintes dados extraídos de suas demonstrações:

- Receitas Orçamentárias Realizadas: R\$ 80.000.000,00

- Despesa Orçamentária Executada: R\$ 77.500.000,00
- Transferências Financeiras Recebidas: R\$ 10.000.000,00
- Transferências Financeiras Concedidas: R\$ 5.000.000,00
- Outras Movimentações Financeiras Recebidas (resgate de aplicações): R\$ 2.000.000,00
- Outras Movimentações Financeiras Concedidas (transferências para investimentos): R\$ 1.500.000,00
- Recebimentos Extraorçamentários: R\$ 3.000.000,00
- Pagamentos Extraorçamentários: R\$ 2.500.000,00
- Saldo em Espécie do Exercício Anterior (Caixa e Equivalentes de Caixa): R\$ 15.000.000,00

Com base nas disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a opção que indica corretamente qual seria o Resultado Financeiro do Exercício e o Saldo para o Exercício Seguinte do Município Audazes dos Pampas:

- a) Resultado Financeiro do Exercício: R\$ 10.000.000,00; Saldo para o Exercício Seguinte: R\$ 25.000.000,00.
- b) Resultado Financeiro do Exercício: R\$ 10.000.000,00; Saldo para o Exercício Seguinte: R\$ 15.000.000,00.
- c) Resultado Financeiro do Exercício: R\$ 5.000.000,00; Saldo para o Exercício Seguinte: R\$ 20.000.000,00.
- d) Resultado Financeiro do Exercício: R\$ 8.500.000,00; Saldo para o Exercício Seguinte: R\$ 23.500.000,00.
- e) Resultado Financeiro do Exercício: R\$ 7.500.000,00; Saldo para o Exercício Seguinte: R\$ 22.500.000,00.

Discursiva

Questão Discursiva

Um órgão público, mediante prévio procedimento licitatório, celebrou contrato para a realização de determinada obra. Durante a execução do contrato, foram constatados problemas como o não cumprimento de cláusulas contratuais e de prazos.

Em decorrência desses fatos, o órgão extinguiu unilateralmente o contrato, retendo a garantia e aplicando cumulativamente as penalidades de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de licitar e contratar com a administração, sendo assegurados ao contratado o contraditório e a ampla defesa no âmbito do processo administrativo.

Inconformada, a empresa contratada interpôs recurso administrativo invocando:

- a) ilegitimidade do ato de extinção unilateral;
- b) seu direito à devolução da garantia, caso admitida a rescisão; e
- c) inviabilidade de aplicação cumulativa das sanções administrativas.

Considerando a situação hipotética apresentada, analise os questionamentos apresentados pela empresa contratada, posicionando-se, de forma fundamentada, a respeito de cada um deles.

Obs.: o serviço de correção da redação (aspectos linguísticos) pode ser adquirido no link abaixo:

[Correção de Redação](#)

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
